

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	504.397.379
Preferenciais	0
Total	504.397.379
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	3.082.054	2.955.692
1.01	Ativo Circulante	448.248	397.710
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.178	27.563
1.01.02	Aplicações Financeiras	20.875	13.599
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	20.875	13.599
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	20.875	13.599
1.01.03	Contas a Receber	31.667	27.650
1.01.03.01	Clientes	31.667	27.650
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	31.667	27.650
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.746	2.013
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.746	2.013
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.908	1.922
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperear	838	91
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	334.782	326.885
1.01.08.03	Outros	334.782	326.885
1.01.08.03.03	Ativo contratual	302.368	305.707
1.01.08.03.04	Outros Ativos	32.414	21.178
1.02	Ativo Não Circulante	2.633.806	2.557.982
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.632.295	2.556.321
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	84.868	85.413
1.02.01.03.01	Aplicação financeira vinculada	84.868	85.413
1.02.01.04	Contas a Receber	16.595	14.549
1.02.01.04.01	Clientes	16.595	14.549
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.530.832	2.456.359
1.02.01.10.03	Ativo contratual	2.521.227	2.447.015
1.02.01.10.05	Outros créditos	9.605	9.344
1.02.03	Imobilizado	1.051	1.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.051	1.164
1.02.04	Intangível	460	497
1.02.04.01	Intangíveis	460	497
1.02.04.01.02	Intangível	460	497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	3.082.054	2.955.692
2.01	Passivo Circulante	212.738	168.495
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	535	722
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	535	722
2.01.02	Fornecedores	2.204	2.088
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.204	2.088
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.204	2.088
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.023	33.675
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.023	33.675
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	5.054	5.397
2.01.03.01.03	PIS e COFINS diferido	27.969	28.278
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	108.077	102.282
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	67.636	63.948
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	67.636	63.948
2.01.04.02	Debêntures	40.441	38.334
2.01.04.02.01	Financiamentos e Debentures	40.441	38.334
2.01.05	Outras Obrigações	67.047	27.773
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	906	1.234
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	906	1.234
2.01.05.02	Outros	66.141	26.539
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	25.048	648
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	4.299	4.293
2.01.05.02.05	Outras obrigações	36.794	21.598
2.01.06	Provisões	1.852	1.955
2.01.06.02	Outras Provisões	1.852	1.955
2.01.06.02.04	Outras Provisões	1.852	1.955
2.02	Passivo Não Circulante	1.645.879	1.626.620
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	961.602	983.511
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	519.618	542.680
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	519.618	542.680
2.02.01.02	Debêntures	441.984	440.831
2.02.01.02.01	Financiamentos e Debentures	441.984	440.831
2.02.03	Tributos Diferidos	684.277	641.513
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	684.277	641.513
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição social diferida	451.064	415.164
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	233.213	226.349
2.02.04	Provisões	0	1.596
2.02.04.02	Outras Provisões	0	1.596
2.02.04.02.04	Contingências Passivas	0	1.596
2.03	Patrimônio Líquido	1.223.437	1.160.577
2.03.01	Capital Social Realizado	504.397	504.397
2.03.04	Reservas de Lucros	620.180	656.180
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	620.180	620.180
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	36.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	98.860	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	104.912	207.370	86.000	198.502
3.01.01	Receita Operacional Líquida	104.912	207.370	86.000	198.502
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-673	-4.388	-3.134	-7.250
3.02.01	Custo	-673	-4.388	-3.134	-7.250
3.03	Resultado Bruto	104.239	202.982	82.866	191.252
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.946	-4.388	-3.134	-4.707
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.946	-4.388	-3.134	-4.707
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	102.293	198.594	79.732	186.545
3.06	Resultado Financeiro	-32.485	-62.306	-27.829	-59.629
3.06.01	Receitas Financeiras	3.972	8.015	4.792	9.361
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.457	-70.321	-32.621	-68.990
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	69.808	136.288	51.903	126.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.279	-38.021	-13.833	-35.930
3.08.01	Corrente	-1.124	-2.121	-1.056	-1.781
3.08.02	Diferido	-18.155	-35.900	-12.777	-34.149
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.529	98.267	38.070	90.986
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50.529	98.267	38.070	90.986
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1002	0,196	0,00777	0,1795
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,1002	0,196	0,00777	0,1795

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	50.529	98.860	39.186	90.536
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.529	98.860	39.186	90.536

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	122.080	123.481
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-26.578	-29.661
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	98.860	90.536
6.01.01.02	Remuneração do ativo contratual	-222.597	-210.616
6.01.01.03	Receita de operação e manutenção - Ativo contratual	-9.914	-9.954
6.01.01.05	PIS e COFINS diferidos	6.555	5.579
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre empréstimos	33.836	33.487
6.01.01.07	Juros e variação monetária sobre debêntures	35.577	34.318
6.01.01.08	Amortização dos custos de transação	500	500
6.01.01.09	Rendimento de aplicação financeira vinculada	-6.101	-9.798
6.01.01.10	Depreciação e amortização	150	158
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.900	34.149
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social correntes	2.121	1.781
6.01.01.14	Provisões de Bônus e PLR	131	199
6.01.01.15	Provisões para contingências passivas	-1.596	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	150.242	155.826
6.01.02.01	Ativo contratual	161.638	160.255
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-6.063	-2.077
6.01.02.05	Outros Ativos	-8.062	-1.601
6.01.02.06	Tributos a recuperar	0	-12
6.01.02.07	Encargos sociais e trabalhistas	-318	-90
6.01.02.08	Fornecedores	116	-7.921
6.01.02.09	Outras obrigações fiscais	-343	-125
6.01.02.10	Taxas regulamentares	6	388
6.01.02.11	Contas a pagar - partes relacionadas	-328	-330
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-11.497	-1.537
6.01.02.17	Contingências passivas	-103	-1.481
6.01.02.18	Outras obrigações	15.196	10.357
6.01.03	Outros	-792	-1.357
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-792	-1.357
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.326	-7.724
6.02.01	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-17.292	-95.830
6.02.02	Resgates em títulos e valores mobiliários	10.966	88.106
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-91.931	-116.352
6.03.01	Captações de financiamentos e debêntures	0	7.836
6.03.03	Pagamento de principal de empréstimos	-30.779	-27.207
6.03.04	Pagamento de principal de debêntures	-9.012	-8.011
6.03.05	Pagamento de juros de empréstimos	-22.471	-23.689
6.03.06	Pagamento de juros de debêntures	-23.765	-22.952
6.03.08	Aplicação financeira vinculada	-34.692	-33.844
6.03.09	Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	40.388	32.507
6.03.10	Dividendos Pagos	-11.600	-40.992
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.615	732
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.563	7.967

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.178	8.699

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	504.397	0	656.180	0	0	1.160.577
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	504.397	0	656.180	0	0	1.160.577
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	98.860	0	98.860
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	98.860	0	98.860
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-36.000	0	0	-36.000
5.07	Saldos Finais	504.397	0	620.180	98.860	0	1.223.437

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	504.397	0	729.453	0	0	1.233.850
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	504.397	0	729.453	0	0	1.233.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-138.746	0	0	-138.746
5.04.06	Dividendos	0	0	-138.746	0	0	-138.746
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	90.536	0	90.536
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	90.536	0	90.536
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	504.397	0	590.707	90.536	0	1.185.640

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

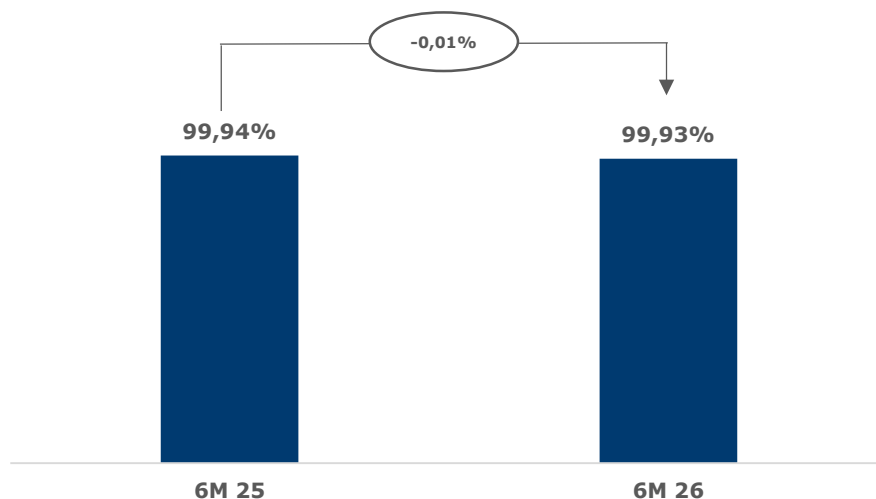
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	229.484	219.402
7.01.02	Outras Receitas	229.484	219.402
7.01.02.01	Remuneração do ativo contratual	222.597	210.616
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	9.914	9.954
7.01.02.04	Outras receitas	-3.027	-1.168
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.477	-6.987
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.477	-6.987
7.03	Valor Adicionado Bruto	225.007	212.415
7.04	Retenções	-151	-158
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-151	-158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	224.856	212.257
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.402	9.816
7.06.02	Receitas Financeiras	8.402	9.816
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	233.258	222.073
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	233.258	222.073
7.08.01	Pessoal	4.343	5.024
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.768	4.085
7.08.01.02	Benefícios	714	704
7.08.01.03	F.G.T.S.	861	235
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.642	58.708
7.08.02.01	Federais	60.202	58.108
7.08.02.02	Estaduais	103	293
7.08.02.03	Municipais	337	307
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	69.413	67.805
7.08.03.01	Juros	69.413	67.805
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	98.860	90.536
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.860	90.536

Comentário do Desempenho**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
(Argo VII)****Comentários de Desempenho
30 de junho de 2026 (2TRI 26)****Desempenho Operacional**

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Argo VII ou Companhia) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 8 anos de existência. Entre 2018 e 2020, as 8 subestações e 6 linhas de transmissão (786 km) entraram em operação comercial.

A RAP da Argo VII foi determinada em R\$ 144,6 milhões (valor histórico no Leilão) e atualizada para R\$ 306,8 milhões (valor para o ciclo 2026-27), com recebimentos mensais, a partir das atualizações monetárias por IPCA.

A Companhia é remunerada pela disponibilização de seus ativos de transmissão por meio da Receita Anual Permitida ("RAP"), que está condicionada ao cumprimento dos níveis de disponibilidade e qualidade exigidos pelo órgão regulador. Eventuais indisponibilidades dos ativos ou da rede de transmissão podem resultar na redução da RAP por meio de descontos denominados Parcela Variável (PV). Assim sendo, a gestão da Companhia atua de forma preventiva e contínua, com foco na manutenção, monitoramento e eficiência operacional dos ativos, de forma a minimizar ocorrências de indisponibilidade e mitigar impactos negativos sobre a receita.



A disponibilidade registrada no 6M 26 (99,93%) apresentou redução em comparação ao mesmo período do ano anterior (99,94%), em decorrência de dois desligamentos na LT 230 kV Igaporã III - Pindaí III devido à substituição de alguns equipamentos.

Comentário do Desempenho**Desempenho Financeiro****Receita Operacional Líquida**

No 2TRI 26, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida de 104,9 milhões, um aumento de 22,0% em comparação com o 2TRI 25 (R\$ 86,0 milhões). No acumulado de 2026, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 207,4 milhões, representando avanço de 4,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A Remuneração dos Ativos de Concessão atingiu R\$ 112,4 milhões no 2TRI 26, ante R\$ 90,9 milhões no 2TRI 25, representando um crescimento de 23,7%. No acumulado de 2026, a Remuneração dos Ativos de Concessão totalizou R\$ 222,6 milhões, representando um aumento de 5,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tanto o desempenho trimestral quanto o acumulado foram impactados, principalmente, pela elevação do IPCA no período, que contribuiu para uma maior atualização monetária dos ativos de concessão.

Por fim, a Parcela Variável Indisponibilidade (PV) e outras deduções totalizou negativos R\$ 1,2 milhão no 2TRI 26, um aumento de 162,9% se comparada ao mesmo período do ano anterior (R\$ 0,5 milhão). No acumulado de 2026, a linha totalizou negativos R\$ 3,0 milhões, representando um aumento de 159,2% em relação ao 6M 25. O desempenho em ambos os períodos reflete o maior volume de descontos regulatórios aplicados à Receita Anual Permitida (RAP), decorrentes da apuração de indisponibilidades de instalações e de outros eventos com impacto na performance operacional da concessão, resultando em um montante de PV superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Os Encargos Regulatórios e outras deduções apresentaram aumento de 19,6% no 2TRI 26 e 3,6% no acumulado de 2026, em comparação aos respectivos períodos do ano anterior. Esse desempenho foi influenciado principalmente pelo aumento da Receita Operacional Líquida, devido a elevação do IPCA no período.

Receita Operacional Líquida (Em milhares de reais)	2TRI 26	2TRI 25	Δ%	6M 26	6M 25	Δ%
Receita de implementação de infraestrutura	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Operação e Manutenção	4.957	4.977	-0,4%	9.914	9.954	-0,4%
Remuneração dos ativos de concessão	112.433	90.870	23,7%	222.597	210.616	5,7%
Parcela Variável e outras deduções	(1.283)	(488)	162,9%	(3.027)	(1.168)	159,2%
Encargos regulatórios e tributários	(11.195)	(9.359)	19,6%	(22.114)	(21.350)	3,6%
Receita Operacional Líquida	104.912	86.000	22,0%	207.370	198.052	4,7%

Custos e Despesas

No 2TRI 26, os Custos (PMSO) e Despesas (G&A) apresentaram redução de 49,2% em relação ao 2TRI 25, refletindo as seguintes variações: (i) redução de 113,9% na linha de Serviços de Terceiros, decorrente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS vinculados a despesas classificadas como insumos para fins tributários (em conformidade com o tratamento contábil aplicável, tais créditos são registrados como redutores das despesas operacionais); e (ii) aumento de 10,4% na linha de Outros, refletindo o impacto de reversões de custos registradas no 2TRI 25 que não se

Comentário do Desempenho

repetiram no 2TRI 26. Os demais custos e despesas classificados nessa linha permaneceram em patamar semelhante ao do ano anterior.

No acumulado de 2026, houve redução de 31,6%, refletindo as seguintes variações: (i) redução de 50,2% na linha de Serviços de Terceiros, em razão do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS vinculados a despesas classificadas como insumos para fins tributários; (ii) redução de 22,5% na linha de Despesas com Pessoal, decorrente do menor pagamento de bônus em 2026 e da alteração na metodologia de rateio das despesas administrativas da Companhia; e (iii) aumento de 17,1% na linha de Outros refletindo o impacto de reversões de custos registradas em 2025 que não se repetiram em 2026. Os demais custos e despesas classificados nessa linha permaneceram em patamar semelhante ao do ano anterior.

Custos e D&A (Em milhares de reais)	2TRI 26	2TRI 25	Δ%	6M 26	6M 25	Δ%
Serviços de terceiros	334	(2.395)	-113,9%	(2.661)	(5.347)	-50,2%
Custos de construção	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Pessoal	(2.431)	(2.284)	6,4%	(4.343)	(5.603)	-22,5%
Outros	(522)	(473)	10,4%	(1.179)	(1.007)	17,1%
Custos e Despesas	(2.619)	(5.152)	-49,2%	(8.183)	(11.957)	-31,6%

Endividamento

Em junho de 2026, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$ 911,8 milhões, redução de 4,9% em relação a dezembro de 2025 (R\$ 959,2 milhões).

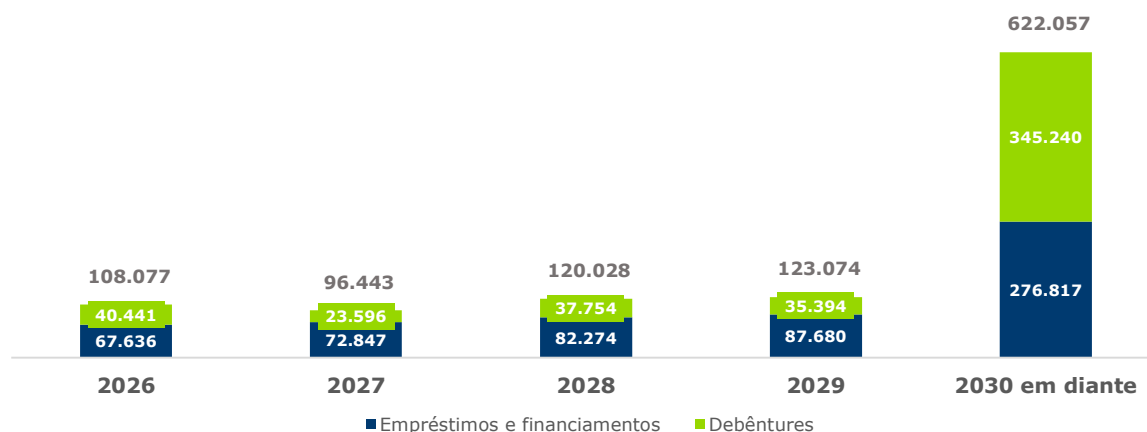
As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 89,9% (R\$ 961,6 milhões) no longo prazo e 10,1% (R\$ 108,1 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 100% dos títulos estão atrelados ao IPCA somado a taxa pré-fixada.

Endividamento (Em milhares de reais)	jun/26	dez/25	Δ%
Empréstimos e Financiamentos	587.254	606.628	-3,2%
Debêntures	482.425	479.165	0,7%
Dívida Bruta	1.069.679	1.085.793	-1,5%
Caixa e Aplicações Financeiras	(157.921)	(126.575)	24,8%
Dívida Líquida	911.758	959.218	-4,9%

Comentário do Desempenho



Segue abaixo cronograma de amortização por ano.



Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do 2TRI 26 totalizou R\$ 32,5 milhões, um aumento de 16,7% em relação ao 2TRI 25 (R\$ 27,8 milhões), explicada principalmente pelo maior pagamento de despesas financeiras, decorrente do IPCA superior no 2TRI 26, o que aumentou o impacto financeiro no resultado.

No acumulado, o resultado Financeiro registrou R\$ 70,3 milhões, um aumento de 4,5%, decorrente do impacto do IPCA superior no 2TRI 26, o que aumentou o impacto financeiro no resultado.

A variação observada na linha de Outras Receitas Financeiras foi influenciada pela mudança na forma de reconhecimento dos créditos negativos de IRPJ/CSLL corrigidos pela Selic, cujo registro passou a ocorrer mensalmente.

Resultado Financeiro (Em milhares de reais)	2TRI 26	2TRI 25	Δ%	6M 26	6M 25	Δ%
Receitas de aplicações financeiras	4.004	4.981	-19,6%	8.054	9.798	-17,8%
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(194)	(199)	-2,5%	(387)	(456)	-15,1%
Outras receitas financeiras	162	10	1520,0%	348	19	1731,6%
Receitas Financeiras	3.972	4.792	-17,1%	8.015	9.361	-14,4%
Juros e variação monetária	(36.086)	(31.863)	13,3%	(69.413)	(67.805)	2,4%
Outras despesas financeiras	(371)	(758)	-51,1%	(908)	(1.185)	-23,4%
Despesas Financeiras	(36.457)	(32.621)	11,8%	(70.321)	(68.990)	1,9%
Resultado Financeiro	(32.485)	(27.829)	16,7%	(62.306)	(59.629)	4,5%

Comentário do Desempenho**Lucro Líquido**

No 2TRI 26, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 50,5 milhões, um aumento de 28,9% em relação ao 2TRI 25 (R\$ 39,2 milhões). O desempenho do período refletiu, principalmente, o aumento da Receita Operacional Líquida e a redução de custos e despesas operacionais. No acumulado de 2026, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 98,9 milhões, um aumento de 9,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia" ou "Argo VII"), é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de janeiro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb assumiu o controle da Companhia e alterou a sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 306.838 (valor para o ciclo 2026-2027), conforme despacho nº 2.268 de 22 de junho de 2026 . A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implantação de reforços através das seguintes Resoluções Autorizativas:

- **REA nº 11.325/2022 de 15 de março de 2022**

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento de R\$ 37.650 e Receita Anual Permitida de R\$ 6.895 (para o ciclo 2026-2027), cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

- **REA nº 11.903/2022 de 10 de maio de 2022**

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento de R\$ 67.400 e Receita Anual Permitida de R\$ 11.659 (para o ciclo 2026-2027), cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais--Continuação

1.1 Concessão--Continuação

- **REA nº 12.294/2022 de 19 de julho de 2022**

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento de R\$ 67.500 e Receita Anual Permitida de R\$ 11.185 (para o ciclo 2026-2027), com término da obra em outubro de 2024.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Companhia preparou as informações financeiras intermediárias partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 6 de agosto de 2026.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários e fundos vinculados - caixa restrito). O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias-- Continuação

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua e anual. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo da concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo da concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de reforços e melhorias da infraestrutura existente; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias-- Continuação

2.4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 18).

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, publicadas em 29 de janeiro de 2026, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia avaliou as últimas alterações nos pronunciamentos e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa e está em fase de elaboração e desenvolvimento dos estudos e atualizações de processos necessários a correta aplicação dessa norma.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

Normas de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

Os Pronunciamentos CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima, correspondentes às normas IFRS S1 e IFRS S2 emitidas pelo ISSB, estabelecem requisitos para divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima que possam afetar a geração de valor da Companhia.

A Administração está avaliando os impactos da eventual adoção desses pronunciamentos sobre seus processos, controles internos, governança e sistemas de reporte. Em conformidade com a Resolução CVM nº 244/2026, que alterou a Resolução CVM nº 193/2023 e tornou facultativa a divulgação das informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a Companhia optou por não elaborar e divulgar, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2026, o relatório de informações financeiras de sustentabilidade baseado nos Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02. Nos termos da regulamentação aplicável, essa decisão será divulgada ao mercado por meio do modelo "pratique ou explique", permanecendo a Companhia em processo de avaliação quanto à adoção futura desses pronunciamentos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2026, o saldo de caixa e equivalentes totalizava R\$ 52.178 (R\$ 27.563 em 31 de dezembro de 2025), composto por depósitos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de alta liquidez. As aplicações financeiras representam investimentos em CDB, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,10% do CDI em 30 de junho de 2026 (100,05% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Circulante

Em 30 de junho de 2026, não há saldo de títulos e valores mobiliários totalizava R\$ 20.875 (R\$ 13.599 em 31 de dezembro de 2025). Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,31% do CDI em 30 de junho de 2026 (100,44% do CDI em 31 de dezembro de 2025, conforme nova metodologia de cálculo adotada pela Companhia). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2. Fundos vinculados - caixa restrito

	30/06/2026	31/12/2025
Conta reserva (**)	84.868	85.413
Total	84.868	85.413

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva". Em 30 de junho de 2026, os recursos estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no Banco Bradesco com remuneração média de 98,73% do CDI (98,90% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de clientes

	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	48.262	42.199
Total	48.262	42.199

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não registrou provisão para perdas de crédito esperadas, por classificar como baixa a probabilidade de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos a vencer	27.121	26.584
Títulos vencidos em até 30 dias	823	36
Títulos vencidos em até 90 dias	3.298	2.048
Títulos vencidos há mais de 90 dias	17.020	13.531
	48.262	42.199
Classificados como:		
Circulante	31.667	27.650
Não circulante (*)	16.595	14.549

(*) Em 30 de junho de 2026, o montante de R\$ 16.595 (R\$ 14.549 em 31 de dezembro de 2025) classificado no ativo não circulante, está relacionado à títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias inadimplentes em relação ao faturamento da multa rescisória do contrato de uso do sistema de transmissão (CUST), cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL.

7. Ativo da concessão**7.1. Margens de obrigações e performance**

	30/06/2026	30/06/2025
Margem de O&M		
Receita	9.914	9.954
Custos (*)	(4.388)	(7.250)
Margem (R\$)	5.526	2.704
Margem Percebida (%)	56%	27%

(*) Redução dos custos de O&M devido aos créditos tributários de PIS/COFINS sobre gastos diretamente relacionados as atividades fins da Companhia conforme legislação vigente.

7.2. Movimentação dos saldos do ativo da concessão

Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.805.953
Remuneração do ativo de concessão	210.616
Recebimentos	(150.301)
Saldos em 30 de junho de 2025	2.866.268
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.752.722
Remuneração do ativo de concessão	222.597
Recebimentos	(151.724)
Saldos em 30 de junho de 2026	2.823.595

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

8. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	636.491	
Captação	7.836	
Juros e variação monetária	33.487	
Pagamentos de principal	(27.207)	
Pagamentos de juros	(23.689)	
Custo de transação	40	
Saldos em 30 de junho de 2025	626.958	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	606.628	
Juros e variação monetária	33.836	
Pagamentos de principal	(30.779)	
Pagamentos de juros	(22.471)	
Custo de transação	40	
Saldos em 30 de junho de 2026	587.254	
	30/06/2026	31/12/2025
Classificados como:		
Circulante	67.636	63.948
Não Circulante	519.618	542.680

- Em 28 de maio de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 687.664, para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica. O contrato de financiamento será remunerado com juros médio ponderado de 2,17% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito "A" iniciou em 15 de outubro de 2018 e com liquidação prevista em 15 de setembro de 2032 e a amortização do subcrédito "B" iniciou em 15 de janeiro de 2019 com liquidação prevista em 15 de dezembro de 2032.
- Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 145.764, para a implantação dos Reforços de seu projeto. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA + 6,81% ao ano. Esse financiamento será pago em 133 (cento e trinta e três) prestações mensais e sucessivas para o subcrédito "A" e 129 (cento e vinte e nove) prestações mensais e sucessivas para o subcrédito "B". A amortização do subcrédito "A" iniciou em 15 de novembro de 2023 e a amortização do subcrédito "B" iniciou em 15 de abril de 2024, ambos com liquidação prevista em 15 de dezembro de 2034.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimento das parcelas

Em 30 de junho de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2026</u>
2027	72.847
2028	82.274
2029	87.680
2030 em diante	276.817
Total	<u>519.618</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VII;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,30 (um inteiro e três décimos).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

9. Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	1ª Emissão		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	481.614		
Juros e variação monetária	34.318		
Pagamentos principal	(8.011)		
Pagamentos juros	(22.952)		
Custo de transação	460		
Saldos em 30 de junho de 2025	485.429		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	479.165		
Juros e variação monetária	35.577		
Pagamentos principal	(9.012)		
Pagamentos juros	(23.765)		
Custo de transação	460		
Saldos em 30 de junho de 2026	482.425		
	30/06/2026	31/12/2025	
Classificados como:			
Circulante	40.441	38.334	
Não Circulante	441.984	440.831	

Em 15 de dezembro de 2018, a Argo VII realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 395.000, com vencimento em 17 de março de 2036 e taxa de remuneração de IPCA + 8,28% a.a., destinadas à implantação das instalações de energia elétrica da Companhia.

Vencimento das parcelas

Em 30 de junho de 2026, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2026</u>
2027	23.596
2028	37.754
2029	35.394
2030 em diante	345.240
Total	441.984

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

9. Debêntures--Continuação

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação semestral de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte por cento).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

10. Tributos indiretos diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como outros tributos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no *gross up* da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

A movimentação para o período findo em 30 de junho de 2026 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Constituição	Amortização	Transferência	Saldos em 30/06/2026
PIS e COFINS diferidos	28.278	-	(14.953)	14.644	27.969
Outros tributos diferidos	226.349	21.508	-	(14.644)	233.213
Total	254.627	21.508	(14.953)	-	261.182
Circulante	28.278				27.969
Não Circulante	226.349				233.213

11. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Outros passivos	1.512	2.593
Ressarcimento TUST por CCEE	22.836	11.281
Multa rescisória (CUST) *	12.446	7.724
Total	36.794	21.598
Circulante	36.794	21.598
Não circulante	-	-

(*) Os consumidores livres e agentes do setor que não cumprem com determinadas obrigações contratuais com a ANEEL, são penalizados com o rompimento do contrato (CUST), e consequente aplicação de uma multa contratual de 36 meses de EUST, que são enviadas para cobrança pela Companhia e futuro repasse via parcela de ajuste para ANEEL.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

12. Provisões e contingências

12.1. Provisões

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão da Argo VII estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de reforços, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações. O montante de saldo de provisão em 30 de junho de 2026 é de R\$ 1.852 (R\$ 1.955 em 31 de dezembro de 2025).

12.2. Contingências prováveis

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia na opinião da Administração consubstanciada pela avaliação dos seus assessores jurídicos externos, não possui processos judiciais com probabilidade de perda provável.

12.3. Contingências possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 30 de junho de 2026, as reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 35.604 (R\$ 35.534 em 31 de dezembro de 2025).

13. Partes relacionadas

Parte relacionada	<u>Vigência</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
		<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos			
Argo Transmissão de Energia S.A.	31/07/2029	906	1.234
Dividendos			
Argeb Energia Empreendimentos e Part.		25.048	648
		25.954	1.882

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

13. Partes relacionadas--Continuação

13.1. Remuneração da Administração

A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso estabelecido no Contrato de Compartilhamento de Despesas.

O saldo de compartilhamento de despesas encontra-se registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no montante de R\$ 785 em 30 de junho de 2026 (R\$ 825 em 30 de junho de 2025).

14. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2026 e em dezembro de 2025, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 504.397 tendo sido integralizados 504.397.379 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	504.397.379	100	504.397.379	100

14.1. Reservas de lucros

14.1.1. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do período deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

14.1.2. Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0256/2023, em substituição ao laudo de nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi garantido à Companhia pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

14. Patrimônio líquido--Continuação**14.2. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em dezembro de 2025, a Companhia deliberou R\$648 a título de dividendos mínimos obrigatórios, com expectativa de pagamento até 31 de dezembro de 2026.

Em abril de 2026, a Companhia deliberou a aprovação dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 36.000, com expectativa de pagamento até 31 de dezembro de 2026.

	Saldos em 31/12/2025	Constituição	Pagamento	Saldos em 30/06/2026
Dividendos a pagar	648	36.000	(11.600)	25.048
Total	648	36.000	(11.600)	25.048

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
 Para o período de três meses
 (Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

15. Receita operacional líquida

	01/04/2026 A 30/06/2026	01/01/2026 A 30/06/2026	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025
Receita de remuneração do ativo da concessão	112.433	222.597	90.870	210.616
Receita de operação e manutenção	4.957	9.914	4.977	9.954
Parcela variável e outras deduções	(1.283)	(3.068)	(490)	(1.170)
Outras receitas	-	41	2	2
Receita operacional bruta	116.107	229.484	95.359	219.402
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(3.383)	(6.556)	(1.454)	(5.579)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(6.809)	(13.555)	(6.913)	(13.788)
(-) Encargos regulatórios	(1.003)	(2.003)	(992)	(1.983)
Receita operacional líquida	104.912	207.370	86.000	198.052

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
 Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

16. Custos e despesas por natureza

	01/04/2026 A 30/06/2026	01/01/2026 A 30/06/2026	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025
Serviços de terceiros	334	(2.661)	(2.395)	(5.347)
Pessoal	(2.431)	(4.343)	(2.284)	(5.603)
Arrendamentos e aluguéis	(7)	(82)	(91)	(176)
Depreciação e amortização	(74)	(151)	(73)	(158)
Seguros	(296)	(589)	(208)	(414)
Tributos	(25)	(103)	(36)	(74)
Materiais	(53)	(93)	(28)	(51)
Outros	(67)	(161)	(37)	(134)
Total	(2.619)	(8.183)	(5.152)	(11.957)
Valores alocados a:				
Custos de operação e manutenção	(673)	(4.388)	(3.134)	(7.250)
Despesas gerais e administrativas	(1.946)	(3.795)	(2.018)	(4.707)

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

17. Resultado financeiro

	01/04/2026 A 30/06/2026	01/01/2026 A 30/06/2026	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	4.004	8.054	4.981	9.798
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(194)	(387)	(199)	(456)
Outras receitas financeiras	162	348	10	19
Total	3.972	8.015	4.792	9.361
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	(17)	(309)	(320)
Juros e variação monetária	(36.086)	(69.413)	(31.863)	(67.805)
Outras despesas financeiras	(371)	(891)	(449)	(865)
Total	(36.457)	(70.321)	(32.621)	(68.990)
Resultado financeiro	(32.485)	(62.306)	(27.829)	(59.629)

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	136.881	126.466
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(46.540)	(42.998)
Incentivos fiscais (*)	8.404	7.112
Adições e exclusões permanentes	103	(2)
(+) Outros	12	(42)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(35.900)	(34.149)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(2.121)	(1.781)
	28%	28%

Alíquota efetiva

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

18.2. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(79.619)	475.762	396.143
Utilização de prejuízo fiscal (a)	764	-	764
Contratos de concessão (b)	(7.088)	40.473	33.385
Saldos em 30 de junho de 2025	(85.943)	516.235	430.292
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(83.666)	498.830	415.164
Utilização de prejuízo fiscal (a)	909	-	909
Contratos de concessão (b)	(6.907)	41.898	34.991
Saldos em 30 de junho de 2026	(89.664)	540.728	451.064

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato da Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Resultado por ação

	01/04/2026A 30/06/2026	01/01/2026 A 30/06/2026	01/04/2025 A 30/06/2025	01/01/2025 A 30/06/2025
Resultado básico por ação				
Numerador:				
Lucro líquido do período	50.529	98.860	39.186	90.536
Denominador:				
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	504.397.379	504.397.379	504.397.379	504.397.379
Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,1002	0,1960	0,0777	0,1795

20. Instrumentos financeiros

20.1. Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	20.875	13.599	20.875	13.599
Fundos vinculados - caixa restrito	5.2	2	84.868	85.413	84.868	85.413
Total			105.743	99.012	105.743	99.012
Custo Amortizado:						
Conta corrente bancária e equivalentes de caixa	4	2	52.178	27.563	52.178	27.563
Contas a receber de clientes	6		48.262	42.199	48.262	42.199
Outros ativos			42.019	30.522	42.019	30.522
Total			142.459	100.284	142.459	100.284
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores			2.204	2.088	2.204	2.088
Empréstimos e financiamentos	8		587.254	606.628	587.254	606.628
Debêntures	9		494.978	478.037	482.425	479.165
Partes relacionadas	12		906	1.234	906	1.234
Dividendos a pagar	13.2		25.048	648	25.048	648
Outros passivos			36.794	21.598	36.794	21.598
Total			1.147.184	1.110.233	1.134.631	1.111.361

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

20. Instrumentos financeiros—Continuação

20.1. Hierarquia do valor justo--Continuação

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das informações financeiras intermediárias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

20.1.1. Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

20. Instrumentos financeiros—Continuação

20.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

20.2.1. Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 30 de junho de 2026, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$ 48.262 (R\$ 42.199 em 31 de dezembro de 2025).

20.2.2. Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

20.2.3. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

20. Instrumentos financeiros—Continuação

20.2. Fatores de risco financeiro--Continuação

20.2.3. Risco de mercado--Continuação

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

20.1.1. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 30 de junho de 2026, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	2.204	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	67.636	72.847	82.274	364.497
Debêntures	40.441	23.596	37.754	380.634
Total	110.281	96.443	120.028	745.131

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
Para o período de três meses
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

20. Instrumentos financeiros—Continuação

20.3. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 30 de junho de 2026, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 30 de junho de 2026, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das informações financeiras intermediárias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 13,63% ao ano, para o IPCA, é de 4,13% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 30 de junho de 2026 é de 8,97% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	52.178	7.112	5.334	3.556
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	20.875	2.845	2.134	1.423
Fundos vinculados – caixa restritos	Redução do CDI	84.868	11.568	8.676	5.784
Total		157.921	21.525	16.144	10.763
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TJLP	587.254	52.677	39.508	26.339
Debêntures	Aumento do IPCA	494.978	20.443	15.332	10.222
Total		1.082.232	73.120	54.840	36.561

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

21. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam procedimento de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas e riscos, considerando a natureza da atividade. Em 30 de junho de 2026, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2026
Seguros - Responsabilidade civil	Fator Seguradora S/A	50.000	07/09/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

22. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	30/06/2026	30/06/2025
Compensação de IRPJ	8.404	8.691

23. Compromissos Futuros

A Companhia possui contratos em aberto para conclusão das construções relacionadas aos reforços em construção ou projetos de acesso, para os quais considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	30/06/2026
Serviços e materiais	942

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

Para o período de três meses

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

24. Eventos subsequentes

24.1. Aprovação de dividendos intermediários

Em 30 de julho de 2026, a Companhia deliberou a aprovação do montante de R\$ 53.972, a título de dividendos intermediários oriundos da reserva de lucros.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relação com Investidores

Welton Souza
Controller
CRC SP321013/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 06 de agosto de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as com o a opinião dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2026, e respectivos documentos complementares.

São Paulo, 06 de agosto de 2026.

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Alexandre José Marqueti Fontes
Diretor de Operações